

HABEAS CORPUS Nº 563.891 - SP (2020/0048639-0)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : JOSE MARCIO MANTELLO
ADVOGADO : JOSE MARCIO MANTELLO - SP371099
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARIA TAINA FARIA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em benefício de MARIA TAINA FARIA, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se dos autos que a paciente foi condenada às penas de 5 (cinco) anos e 3 (três) meses de reclusão, em regime inicial fechado, mais o pagamento de 525 (quinhentos e vinte e cinco) dias-multa, como incursa na sanção do art. 33, **caput**, da Lei n. 11.343/2006.

Irresignados, defesa e Ministério Público interpuseram recursos de apelação perante o eg. Tribunal **a quo**, por meio do qual buscavam a reforma do édito condenatório. O eg. Tribunal de origem, à unanimidade, negou provimento ao apelo defensivo, e deu provimento ao apelo ministerial, com determinação de imediato início do cumprimento da pena, em v. acórdão assim ementado:

"Tráfico ilícito de entorpecentes (art. 33, 'caput', da Lei nº 11.343/06). Crime caracterizado, integralmente. Provas seguras de autoria e materialidade. Flagrante inquestionável. Circunstâncias da prisão, acondicionamento e quantidade da droga que revelam comércio. Palavras coerentes e incriminatórias de Policiais Militares. Confissão dúplice de um dos réus, ademais. Versão exculpatória da corré Maria Tainá inverossímil. Inexistência de fragilidade probatória. Conjunto probatório vasto e sólido. Crime amplamente caracterizado. Condutas típicas. Tráfico de drogas configurado. Responsabilização inevitável. Necessidade condenatória imperiosa. Apenamento benevolente. Redimensionamento necessário. Majoração da pena-base, ante a quantidade e a

Superior Tribunal de Justiça

natureza do entorpecente. Inaplicável o redutor previsto no § 4º do art. 33 da Lei Antidrogas. Inviabilidade de substituição da corporal por penas alternativas. Regime inicial fechado único possível. Apelo ministerial provido, improvidos os da defesa, com expedição de mandado de prisão em desfavor da ré Maria Tainá." (fl. 17).

Daí o presente **mandamus**, no qual alega o impetrante que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal em razão da determinação de execução da pena antes do trânsito em julgado da condenação.

Requer, ao final, a concessão da ordem para suspender a execução da pena até o trânsito em julgado da ação penal.

A liminar foi indeferida às fls. 37-38 e as informações foram prestadas às fls. 51-79.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela **prejudicialidade do writ** da ordem, nos termos de parecer de fls. 87-92.

É o relatório.

Decido.

O habeas corpus está prejudicado.

Isto porque, consoante informações prestadas pelo eg. Tribunal de origem, a condenação transitou em julgado, **verbis**:

"A ora paciente, presa em flagrante delito aos 22 de dezembro de 2017, teve a prisão convertida em preventiva e, processada, resultou condenada nos autos da Ação Penal nº 0001825-23.2017.8.26.0603, da Terceira Vara Criminal da Comarca de Araçatuba, às penas de 05 anos e 03 meses de reclusão, no regime fechado, e 525 dias-multa, por incursa no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06, facultado o recurso em liberdade, observando-se que tivera a custódia revogada aos 26 de fevereiro de 2018, com aplicação de medidas alternativas.

Contra a sentença insurgiram-se as partes.

Colhido o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, a Quarta Câmara de Direito Criminal, aos 14 de maio de 2019, por unanimidade, negou provimento ao recurso da Defesa e deu provimento ao do Ministério Público a fim de redimensionar as penas de Maria para 05 anos e 10 meses de reclusão e

Superior Tribunal de Justiça

582 dias-multa, determinando a expedição de mandado de prisão.

A Defesa opôs embargos de declaração, os quais, por votação unânime, foram rejeitados pela Turma Julgadora.

Certificado o trânsito em julgado, os autos foram remetidos à Vara de origem." (fls. 51-52, grifei).

Desse modo, forçoso reconhecer a prejudicialidade da presente impetração, ante a perda superveniente de seu objeto.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, incisos XI e XX, do RISTJ, julgo **prejudicado** o presente **habeas corpus**.

P. e I.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro Felix Fischer

Relator